

TERMO DE REFERÊNCIA - TR
AQUISIÇÃO DE CONTAINER/LIXEIRA URBANA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GERENCIADOR**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.**ENDEREÇO:** Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.**FONE:** (42) 3220-1000 - ramal 1454.**SEI:** 035150/2026**1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021).**

1.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de: pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1 OBJETO: Aquisição de container/lixadeira urbana, para ser utilizado pela Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR. O fornecimento do objeto é essencial para garantir a manutenção e efetividade da coleta de resíduos sólidos nas mais diversas instalações públicas, áreas rurais e urbanas do município.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 CP	CONTAINER/LIXEIRA URBANA/CARRO DE DETRITOS METÁLICO 1200 L: Container tipo lixeira urbana/carro coletor de detritos, com capacidade mínima de 1.200 litros, conforme ABNT NBR 13334, fabricado em aço carbono chapa nº 14, com reforço estrutural. Deve possuir tampa bipartida articulada, munhões laterais compatíveis com coleta mecanizada e 04 rodízios giratórios (mín. 6"), em ferro com revestimento em borracha, sendo ao menos 02 com freio. Capacidade mínima de carga: 700 kg. Dimensões aproximadas: 1.970 x 950 x 960 mm (±5%), sem prejuízo da capacidade volumétrica. Acabamento com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi. Cor a definir. Deve conter sinalização refletiva conforme ABNT NBR 13334 e identificação do tipo de resíduo, seguindo a Resolução CONAMA nº 275/2001. Deverá conter a identificação com logo da PMPG e da secretaria correspondente.	UND	128	R\$ 4.862,31	R\$ 622.375,68
2 CR	CONTAINER/LIXEIRA URBANA/CARRO DE DETRITOS METÁLICO 1200 L: Container tipo lixeira urbana/carro coletor de detritos, com capacidade mínima de 1.200 litros, conforme ABNT NBR 13334, fabricado em aço carbono chapa nº 14, com reforço estrutural. Deve possuir tampa bipartida articulada, munhões laterais compatíveis com coleta mecanizada e 04 rodízios giratórios (mín. 6"), em ferro com revestimento em borracha, sendo ao menos 02 com freio. Capacidade mínima de carga: 700 kg. Dimensões aproximadas: 1.970 x 950 x 960 mm (±5%), sem prejuízo da capacidade volumétrica. Acabamento com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi. Cor a definir. Deve conter sinalização refletiva conforme ABNT NBR 13334 e identificação do tipo de resíduo, seguindo a Resolução CONAMA nº 275/2001. Deverá conter a identificação com logo da PMPG e da secretaria correspondente.	UND	42	R\$ 4.862,31	R\$ 204.217,02

CP – Cota Principal – ampla disputa – 75%.**CR** – Cota Reservada – MPEs – 25%.

Demais itens – exclusivos MPEs até R\$ 80.000,00.

2.2 Especificações do produto / serviço:

- Container/Lixeira urbana/Carro de detritos, fabricado em chapa de aço carbono reforçada, chapa #14.
- Com tampa bipartida, maior resistência mecânica, maior capacidade de peso, resistente ao calor.
- Equipado com 4 rodízios giratórios 6x1.5 ou 6x3 de ferro revestido de borracha.
- Medidas aproximadas: (Comprimento:197 x Largura:95 x Altura:96 cm - Dimensões da caixa)
- Com munhões.
- Peso aproximado do container vazio: 170 Kg
- Capacidade em Litros: 1200 Litros
- Capacidade carga: 700 Kg
- Material: Aço carbono chapa #14
- Tipo de roda: 4 rodízios giratórios 6x1.5 de ferro revestido de borracha
- Cores: a definir
- Pintura: epóxi
- Segmentos: Ideal para limpeza urbana, industrial, comercial entre outros
- Norma: ABNT NBR 13334
- Garantia: 24 meses contra defeito de fabricação, oxidação precoce ou quebra de rodízios
- Sinalização: O contentor deve possuir faixas reflexivas em seus quatro cantos, sendo duas em cada lateral, três na parte frontal e três na parte traseira, conforme a ABNT NBR 13334.
- Deverá estar identificado com o tipo de resíduo a ser descartado, podendo ser por meio de placa ou adesivo fixado na própria caçamba, seguindo o padrão de cores da Resolução CONAMA nº 275/2001.
- Deverá conter a identificação com logo da PMPG e da secretaria correspondente.
- Os containers/lixeiros urbanos ofertados pelos licitantes deverão atender às especificações técnicas estabelecidas, admitindo-se produtos iguais, similares ou superiores, desde que comprovado desempenho equivalente ou superior ao exigido, assegurando qualidade, durabilidade, segurança e adequada utilização pelas unidades administrativas do Município.

**Observação: o peso e as medidas podem variar de acordo com a marca do produto, porém deve-se manter a capacidade de 1.200 litros.*

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após um dia útil de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração.

3.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 A execução se dará a partir do recebimento pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

3.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

4.1 A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Desta forma, segue a metodologia

aplicada para a realização do Mapa de Preços, onde foi utilizado o Banco de Preços, sítios da internet, orçamentos de empresas especializadas.

4.2 MAPA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	BANCO DE PREÇOS	LAR PLÁSTICOS	ONIXLIMP	GADOTTI	CDS INDUSTRIAL	MÉDIA	TOTAL GERAL
1	CONTÊINER/LIXEIRA URBANA / CARRO DE DETRITOS METÁLICO 1200 L	UND	170	R\$ 4.532,90	R\$ 5.920,00	R\$ 5.736,65	R\$ 4.752,00	R\$ 3.370,00	R\$ 4.862,31	R\$ 826.592,70
TOTAL GERAL									R\$ 826.592,70	

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

5.2 Valor total da contratação: **R\$ 826.592,70** (Oitocentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta centavos).

5.3 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação justifica-se pela necessidade de pontos de coleta de resíduos sólidos seja em localizações urbanas, rurais e em prédios públicos deste município, sendo o objeto um item importante para a organização destes pontos, mantendo a higiene, a padronização e a praticidade na coleta.

O objeto desta contratação é utilizado de forma permanente e rotineira na coleta de resíduos sólidos do Município de Ponta Grossa. A ausência ou insuficiência desses itens compromete diretamente a eficiência, a regularidade e a continuidade deste serviço.

Considerando que se trata de bens de consumo comum, amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e demanda recorrente, mostra-se adequada e necessária a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, atendimento parcelado das demandas e racionalização dos gastos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

A contratação está devidamente respaldada no Estudo Técnico Preliminar, encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e observa as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela regulamentação municipal vigente, revelando-se, portanto, necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública.

7. DOS QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	SMMA	SMAPA	SMCSP	SMESP	SMT	SMS	SMICQP	SMC	SMFDS	TOTAL	RESERVA 15%	TOTAL GERAL
1 CP	CONTÊINER/LIXEIRA URBANA / CARRO DE DETRITOS METÁLICO 1200 L.	30	1	7	11	1	53	1	1	4	109	19	128
2 CR	CONTÊINER/LIXEIRA URBANA / CARRO DE DETRITOS METÁLICO 1200 L.	10	1	3	4	1	17	1	1	1	39	3	42

8. DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.2 Da participação em consórcio

Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do edital e da legislação aplicável.

Na hipótese de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, o consórcio deverá comprovar acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os valores exigidos para licitantes individuais, salvo se constituído integralmente por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. DA GARANTIA DO PRODUTO

Considerando o regime de uso severo, a exposição contínua a agentes corrosivos e a necessidade de garantir a vida útil mínima do equipamento compatível com o investimento realizado, estabelece-se o prazo de garantia de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, ou prazo superior eventualmente ofertado pelo fabricante, prevalecendo sempre a condição mais vantajosa para a Administração, devendo as condições de garantia constar, quando aplicável, na embalagem, rótulo, manual ou documentação técnica que acompanhe o produto.

11.1 A contratada será integralmente responsável pela garantia dos produtos fornecidos perante a Administração, independentemente de eventual garantia concedida pelo fabricante, assegurando que os itens entregues estejam em perfeitas condições de uso e em conformidade com todas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

11.2 Durante o prazo de garantia, a contratada deverá promover, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração, a substituição, reparação ou correção dos produtos que apresentarem defeitos, vícios de fabricação, avarias, falhas de funcionamento ou desconformidade com as características exigidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação formal da Administração.

11.3 A garantia compreenderá todas as despesas necessárias à solução do problema, incluindo retirada, transporte, substituição e reinstalação, quando aplicável.

11.4 Independentemente da garantia contratual ou da garantia oferecida pelo fabricante, aplicam-se aos produtos fornecidos as disposições relativas à garantia legal previstas na legislação vigente, especialmente aquelas constantes do Código de Defesa do Consumidor.

11.5 O prazo de garantia será contado a partir do recebimento definitivo do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo independente da vigência da Ata de Registro de Preços decorrente.

11.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade, segurança e durabilidade dos materiais fornecidos, nem afasta a responsabilidade por vícios ocultos posteriormente constatados.

12. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

Não haverá exigências de amostras ou...

13. DA SUSTENTABILIDADE

13.1 Deverá a empresa adotar boas práticas de Sustentabilidade Social, Econômica, Ambiental, Ética e Política, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de poluição ambiental.

13.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 11.328/2016 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

13.3 São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como fauna, flora, ar, solo e água;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e

obras.

13.4 Sejam fabricados com materiais recicláveis, reciclados, garantindo maior durabilidade e redução na geração de resíduos, atendendo as normas técnicas e ambientais vigentes, garantindo segurança, qualidade e menor impacto ao meio ambiente.

Possuam elevada vida útil, resistência a intempéries e ao uso contínuo, reduzindo a necessidade de substituições frequentes. Permitam higienização fácil e segura, evitando o uso excessivo de água e produtos químicos. Possuam, preferencialmente, certificações ambientais ou comprovem boas práticas de sustentabilidade.

14. DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1 Da aceitabilidade da proposta

A proposta comercial deverá observar integralmente as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, contemplando todos os custos necessários ao pleno atendimento do objeto, incluindo despesas com fornecimento, transporte, entrega, instalação quando aplicável, encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e demais custos diretos e indiretos.

a) Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os valores praticados no mercado e com a estimativa de preços elaborada pela Administração, considerando todas as exigências técnicas e condições de execução previstas para a contratação.

b) A proposta deverá conter descrição clara do objeto ofertado, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

c) Poderão ser solicitados esclarecimentos ou documentos complementares para fins de análise da proposta, nos termos da legislação vigente e do edital.

d) O licitante deverá apresentar Planilha de Custos detalhada, catálogo técnico, ficha técnica, manual ou documento equivalente do produto ofertado, contendo informações suficientes para análise

das especificações técnicas, compatibilidade, desempenho e averiguação da qualidade e adequação técnica conforme as exigências do TR e do edital.

15. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

15.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

15.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

15.2 Da habilitação técnica

15.2.1 Considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, deverá ser comprovada a aptidão da licitante para o fornecimento do objeto mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens compatíveis em características com o objeto desta licitação, admitindo-se objetos similares ou equivalentes, desde que demonstrada a pertinência técnica com o fornecimento de contêineres/lixeiros urbanos.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do equivalente a:

- 64 (sessenta e quatro) unidades da CP – Cota Principal (item 1) e
- 21 (vinte e uma) unidades da CR – Cota Reservada (item 2);

Admitido o somatório de atestados para atendimento do quantitativo exigido.

Indica-se, para análise dos documentos, o servidor:

Olmiro Ramao Bianchini Filho, matrícula 20879, e-mail pg.smma@gmail.com, telefone (42) 3220-1000, ramal 2308, lotado no Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

** Os servidores indicados para a análise dos documentos são escolhidos dentre aqueles vinculados às Secretarias que solicitaram o objeto, em razão da afinidade com a demanda apresentada.*

15.3 Da habilitação econômico-financeira

15.3.1 Obrigatoriedade

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e execução ao longo da vigência da ata, torna-se necessária a verificação da capacidade econômico-financeira da licitante, a fim de minimizar riscos de inadimplemento contratual e assegurar a continuidade do fornecimento.

Para fins de comprovação da boa situação financeira, será exigida:

a) apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) a documentação contábil apresentada deverá ser submetida à análise do Setor Contábil competente, para emissão de parecer quanto à regularidade e à situação econômico-financeira da licitante.

16. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

Após a emissão do empenho ou contrato a empresa será convocada para entrega do objeto, da seguinte forma:

Prazo de entrega: 30 (trinta) dias úteis a partir da emissão de empenho e da ordem de fornecimento.

Horário, locais e observações de entrega: conforme relação anexa a esse TR.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

17.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.3 Os bens serão recebidos definitivamente, conforme art. 80, incisos I, alínea 'b' e II, alínea 'b' do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Outrossim, constatados vícios de quantidade e qualidade, a Administração poderá aplicar as garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor.

17.4 O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente a finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos da incorreta execução do contrato, bem como a responsabilidade sobre a garantia dos produtos.

17.6 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pelo órgão requisitante e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

18. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

Entidade Municipal	Gestor	Suplente	Fiscais	Suplentes
SMMA	Allan Henrique de Araujo Matrícula: 31475	Giovana Sabbag Piurkoski Matrícula: 33990	- <u>Administrativo</u> Olmiro Ramão Bianchini Filho Matrícula: 20879 - <u>Técnico</u> Leandro de Jesus Gonçalves Ribeiro Matrícula: 14589 - <u>Setorial</u> Não informado	- <u>Administrativo</u> Mauro Andrade Matrícula: 32734 - <u>Técnico</u> Jorge Luís Alves Ventura Matrícula: 14555 - <u>Setorial</u> Não informado
SMAPA	Miguel Aurélio Droppa Matrícula: 33169	Edilson Sebastião D'Amico Jorge Matrícula: 33250	- <u>Administrativo</u> Valquíria Grochovski Matrícula: 21492 - <u>Técnico</u> Douglas da Silva Pavão Matrícula: 25321 - <u>Setorial</u> Hederson Xavier Silva Matrícula: 11795	- <u>Administrativo</u> Maristela Ap. Fernandes Reis Matrícula: 22335 - <u>Técnico</u> André Luiz Otto Matrícula: 21657 - <u>Setorial</u> Francisco José Cabrini Matrícula: 23071
SMCSP	João Rodrigo Pontes	Rodrigo José da Luz Moura	- <u>Administrativo</u>	- <u>Administrativo</u>

Entidade Municipal	Gestor	Suplente	Fiscais	Suplentes
	Matrícula: 29505	Matrícula: 26142	Letícia Ribeiro Alves Matrícula: 29529 - Técnico Daniel Luís Schneider Matrícula: 32703 - Setorial Cristiane Starke de Oliveira Matrícula: 33696	Terezinha Hretsuk Matrícula: 26203 - Técnico Débora Taís dos Santos Matrícula: 29470 - Setorial Jeferson Luís de Moraes Matrícula: 29502
SMESP	Carla Stadler Matrícula: 27531	Fernando Pereira Pinto Matrícula: 27539	- Administrativo Mario Issamu Yamada Matrícula: 29538 - Técnico Edmilson Julio da Silva Matrícula: 27544 - Setorial Divonsir Eleuterio Rodrigues Matrícula: 33889	- Administrativo Beatriz da Luz Silvestre Matrícula: 27534 - Técnico Paulo Roberto Siqueira de Araújo Matrícula: 15964 - Setorial Patrícia Skolimoski Matrícula: 30155
SMT	Francisco Kapfenberger Filho Matrícula: 33091	Célia Regina Kubaski Xavier Matrícula: 33050	- Administrativo Micheli Introvini Turek Matrícula: 27521 - Técnico Anne Louise Pinheiro Matrícula: 33067 - Setorial Maria Adriana das Neves Matrícula: 27519	- Administrativo Alana Miliorini da Silva Matrícula: 27522 - Técnico Natali Calderari Matrícula: 33345 - Setorial Luciane Nunes Freitas dos Santos Matrícula: 33411
SMS	Eliana Hauagge Cecatto MATRÍCULA Nº:201728	Paola Martins Schwab MATRÍCULA Nº:28287	- Administrativo Elisabete Kostrzewicz Matrícula: 200799 - Técnico Scheron Minotto Matrícula: 35884 - Setorial Marcos Schade Matrícula: 20969	- Administrativo Maricler Monçalves Picone Matrícula: 23.342 - Técnico Maria Isabel Wanat Brigola Matrícula: 35248 - Setorial Alessandra Matos Delinski Matrícula: 32425
SMICQP	Maria Cecília Czelusniak Matrícula: 31.501	Selma Laewen Matrícula: 33.498	- Administrativo Aline Tatiane Rodrigues Matrícula: 32.770 - Técnico Carlos Roberto Rodrigues Matrícula: 21.382 - Setorial Não dispomos de servidores suficientes para a indicação de fiscal e suplente setorial.	- Administrativo Roseni Teresinha Rodrigues Matrícula: 13.125 - Técnico Aparecida Adriana de Lima Matrícula: 32.752 - Setorial Não dispomos de servidores suficientes para a indicação de fiscal e suplente setorial.
SMC	Waderlei de Oliveira Cruz Matrícula nº: 29628	Thais Dutko de Faria Matrícula nº: 33477	- Administrativo Johnny Willian Pinto Matrícula: 29614 - Técnico Cláudio Felipe Derbli Pinto Matrícula nº: 33424 - Setorial Rogério Ferreira Jardim Matrícula: 29626	- Administrativo Vitor Eduardo Nunes da Silva Matrícula nº: 31956 - Técnico Nayara de Fátima Rebello Matrícula nº: 32004 - Setorial Carolyne Abilhoa Matrícula nº: 29621
SMFDS	AGNALDO LARA DOS SANTOS Matrícula: 32530	LEILA BATISTA GUSE MARTINS Matrícula: 30612	- Administrativo VINICIUS SLOMPO Matrícula: 24928 - Técnico DAMARIS BERALDI GODOY LEITE Matrícula: 31875 - Setorial	- Administrativo Luciana Aparecida Migdalski Matrícula 30619 - Técnico Fernanda Caroline Fonseca Matrícula: 33718 - Setorial

Entidade Municipal	Gestor	Suplente	Fiscais	Suplentes
			Não informado	Não informado

19. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea ‘g’ da Lei nº 14.133/2021)

19.1 A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

19.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

19.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

19.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;

d) certidão de Regularidade do FGTS;

e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’ da Lei nº 14.133/2021)

20.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº 035150/2026.

20.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

20.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

21 DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

21.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2026 - através das demandas das unidades administrativas, conforme constantes no processo SEI nº **035150/2026**.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

22.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

22.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

22.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

22.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

22.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

22.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

22.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

22.1.8 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

22.1.9 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

22.1.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

22.1.11 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

22.1.12 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, como prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar manual do usuário e termo de garantia do objeto.

22.1.13 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

22.1.14 Toda a mão de obra necessária para a logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas, ficarão sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

22.1.15 Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso.

22.1.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimentos adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

22.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

22.1.18 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

22.1.19 Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

22.1.20 Os bens que demandarem de uma logística no seu deslocamento, cujos custos de entrega (frete) até o local determinado pelo Contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

23.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

23.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com a ata a ser firmada.

23.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

- 23.5** Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.
- 23.6** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 23.7** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 23.8** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 23.9** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 23.10** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 23.11** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando o prazo para resposta da empresa e a sua ação corretiva.
- 23.12** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.
- 23.13** Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 23.14** Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.
- 24. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO**
- 24.1** Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 14/04/2026.
- 24.2** A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.
- 24.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.
- 24.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 24.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

24.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

24.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.

24.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

24.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

24.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

24.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

25.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

25.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

26.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 19 de maio de 2026.

Assinado por:

Silvio Adriano Kuboski

19/05/2026 - 12:19

44UKTMOLRXGZ0ML3XQ90DA

Responsável pela confecção deste TR

Assinado por:

Isabele da Veiga Moro

19/05/2026 - 12:57

WH0GDHPYSI2PUHIQRDGTG

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I - REQUISIÇÃO DE COMPRAS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO Nº			VIGÊNCIA:		PREGÃO Nº	
FORNECEDOR:				CNPJ:		
RECURSO (Próprio, Estadual ou Federal):						
ITEM	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL	ESTIMATIVA DE CONSUMO MENSAL	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
TOTAL						

Prazo:	Local de execução/entrega:	Horário de execução/entrega:
Responsável pelo recebimento / Fiscal do contrato:		
Justificativa:		

Obrigatório anexar a Ata / Contrato

ANEXO II
RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

ÓRGÃO	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO
SMMA		Os containers serão distribuídos no espaço urbano e rural em localidades a serem definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a critério a do gestor e fiscal do contrato.
SMAPA	- CAM - Centro Agropecuário Municipal Avenida General Aldo Bonde, 1050 Bairro: Santa Terezinha / Ponta Grossa-PR (Região do Contorno) próximo ao Centro de Eventos - FV - Feira Verde Av. Siqueira Campos, 1001 Bairro: Uvaranas / Ponta Grossa-PR	
SMCSP	Rua Balduino Taques, 445, Prédio Guaíra, Centro, Ponta Grossa/PR Responsável: Daniel Luís Schneider, 32703, Assistente de Administração II.	
SMESP		Os containers serão distribuídos nos ginásios de esportes a serem definidos pela Secretaria Municipal de Esportes, a critério do gestor ou fiscal do contrato. Responsável pelo recebimento: Carla Stadler – matrícula: 27531 – TELEFONE: 3220-1000 – ramal 2098
SMT	Avenida General Aldo Bonde, s/n, Santa Terezinha, Ponta Grossa, Paraná – Centro de Eventos. Responsável pelo recebimento: Francisco Kapfenbeger Filho, (42) 99911-7939	
SMICQP	- Agência do Trabalhador, Rua Doutor Colares, 354 – Centro Ponta Grossa - Horário das 08:00 as 16:00 de segunda a sexta feira. - Telefone (42) 3220-7000. - Responsáveis pelo recebimento: Jane D Eleotério, matrícula: 20.623; Marli Eva Arruda, matrícula: 31.852; Selma Laewen, matrícula: 33.498	
SMC	Rua 7 de Setembro, 572 – Centro - C/ Johnny William Pinto, Ramal 2088	
SMFDS	Endereço: Rua Balduino Taques, 445, terceiro andar – Centro, Ponta Grossa/PR, 84010-050.	

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

- Unidades de Saúde da Atenção Primária, Secundária e demais setores administrativos da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Os endereços para locais das entregas informada no empenho, ou no e-mail anexo ao envio do empenho NAD e OF.

- Deverá ser agendado local e horário antecipadamente com as Gerências.

- Responsável pelo recebimento: profissional responsável nas UBS e demais setores

UNIDADES DE SAÚDE

URA	Telefone: 3220-1020	ENDEREÇO	HORÁRIO DE ATENDIMENTO	E-MAIL INSTITUCIONAL
RAMAL	NOME DA UNIDADE DE SAÚDE			
4414/4415	ABRAHAO FEDERMANN - ANA RITA	Rua Profª Balbina Branco, 171 – Vila Mariana	8:00 às 17:00h	abraaofedermann@gmail.com
4416	ADAM POLAN - PALMEIRINHA	Rua Alberto de Oliveira	8:00 às 17:00h	esfadampolan@gmail.com
4418	ADÃO ADEMAR DE ANDRADE - COL. DONA LUIZA	Rua Luiz Carlos Prestes esq.c/ Rua Ernesto Che Guevara	8:00 às 17:00h	adaoandradeuspg@gmail.com
4421	ADILSON BAGGIO - SANTO ANTÔNIO	Rua Pinhalão, 20, Vila Santo Antônio	8:00 às 17:00h	ubsadilsonbaggio@gmail.com
4422	AGOSTINHO BRENNER - MARIA OTÍLIA	R. Freud, 129 - Maria Otília, (Frente a Guarda Municipal)	8:00 às 17:00h	agostinhobrenner@gmail.com
4424	ALFREDO LEVANDOSKI - CONTORNO	Rua General Aldo Bonde esq. c/ Rua Lagoa Dourada	8:00 às 17:00h	alfredolevandovski.smspg@gmail.com
4426	ALUÍZIO GROCHOSKI - VILA GUAÍRA	Rua Teodoro Sampaio, 349 – Vila Guaíra	8:00 às 17:00h	aluiziogrochoski@gmail.com
4525	AMBRÓSIO BRICAÍLO - CHAPADA	Rua Bonsucesso esq. c/ Rua Prudentópolis	8:00 às 17:00h	ambrosiobricailo@gmail.com
4428/4429	ANTERO MACHADO DE MELLO - PITANGUI	Rua Darci Taques de Araújo s/n, Núcleo Rio Verde, Pitangui	8:00 às 17:00h	anterodemello@gmail.com
4430	ANTONIO HORÁCIO MIRANDA - SANTA MONICA	Rua Gaza, 610 – Santa Mônica	8:00 às 17:00h	antoniohoracio075@gmail.com
4432	ANTONIO RUSSO - SÃO JOSE	Rua Saldanha da Gama, 144 – Centro	8:00 às 17:00h	ubsantoniorusso@gmail.com
4434	ANTONIO SALIBA - PARQUE SABIA	R. Siqueira Campos, 5425 - Uvaranas	8:00 às 17:00h	antoniosaliba2019@gmail.com
4436	ANTONIO SCHWANZEE - SANTA LUZIA	R. Santo Mauro - Santa Luzia	8:00 às 17:00h	antonioschwanzee@gmail.com
4438	AURÉLIO GROTT - LOS ANGELES	Rua Prefeito José Hofmann - Boa Vista- Vila Los Angeles	8:00 às 17:00h	unidadeaureliogrott@gmail.com